

Procuradoria
Geral do
Estado



ESTADO DE GOIÁS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
GABINETE

PROCESSO: 202100003016491

INTERESSADO: PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

ASSUNTO: DESPESA

DESPACHO Nº 2082/2021 - GAB

EMENTA: CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR (ART. 24, INCISO II, DA LGL). ADEQUAÇÃO DO PROCEDIMENTO (ART. 33 DA LEI ESTADUAL Nº 17.928/2012). REGULARIDADE JURÍDICA.

1. Versam os autos sobre "a aquisição e instalação de elementos filtrantes de carvão ativado (refil) e mangueiras em polietileno para substituição periódica daqueles utilizados nos purificadores de água alocados no edifício sede desta Procuradoria-Geral do Estado (PGE)", consoante especificações contidas nos autos.

2. Vieram os autos a este Gabinete para fins de manifestação jurídica prévia, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93 e, se for o caso, "ratificação da acenada contratação direta", consoante **Despacho n. 995/2021 - GECAP** (000025849088). É o relatório.

3. É consabido que a Constituição da República, em homenagem aos princípios da impessoalidade e da isonomia, impôs a necessidade de licitação prévia como requisito para qualquer contratação. No entanto, tendo em vista situações nas quais o procedimento licitatório seria impossível ou frustraria a própria consecução do interesse público, a Lei Maior facultou a contratação direta, nas hipóteses estabelecidas na legislação infraconstitucional, a teor do disposto no inciso XXI do seu art. 37.

4. Na espécie, cuida-se de contratação a ser celebrada com dispensa da licitação em razão do valor da despesa, nos termos do art. 24, inciso II, da Lei n. 8.666/93. A esse propósito, eis o que se colhe da doutrina:

"A dispensa de licitação pública em razão do valor econômico do contrato encontra estribo no princípio da economicidade, cujo teor é conexo com o princípio da proporcionalidade, na medida em que deve haver relação proporcional entre os gastos da Administração com o procedimento e as vantagens a serem auferidas com ele" (Joel de Menezes Niebuhr, Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública, 3ª edição, Belo Horizonte: Fórum, 2011, p. 233).

5. O valor estimado do ajuste, consoante se infere da Requisição de Despesa (000025274354), era de R\$ 1.879,76 (um mil, oitocentos e setenta e nove reais e setenta e seis centavos), o que evidencia a adequação ao limite referido no art. 24, inciso II, da Lei n. 8.666/93, considerada a atualização de valores ultimada pelo Decreto federal n. 9.412/2018. O valor final do ajuste, vale registrar, ficou abaixo desse patamar.

6. Outrossim, até mesmo pela peculiaridade do objeto contratual, que se restringe às necessidades desta Casa, fica evidente tratar-se de negócio único, sem fracionamento do objeto em outras aquisições diretas. Essa observação é pertinente tendo em vista ser proscrito o fracionamento de despesas para fins de utilização da dispensa em razão do valor. Nesse sentido, eis a lição da doutrina:

"Tema importante diz respeito às compras promovidas pela Administração Pública: devem ser precedidas de planejamento e ocorrer em oportunidades/períodos preestabelecidos. A compra deve ser feita de uma só vez, pela modalidade compatível com a estimativa

da totalidade do valor a ser adquirido, mas sempre permitida a cotação por item, conforme pacífica jurisprudência sobre o assunto. Novamente, invoca-se aqui a noção de potencialidade da compra ou serviço, da possibilidade de esta ser efetivada de uma só vez. Verificando-se que não existe qualquer óbice à contratação única, e, tendo havido várias contratações, cujo somatório ultrapasse o limite do valor deste inciso, deverá ser decretada a nulidade da dispensa, sendo consectário possível à caracterização de crime e a responsabilização civil do agente que promoveu o indébito fracionamento.

(...)

O TCU em mais de uma oportunidade determinou a órgãos públicos que se abstivessem de realizar aquisições por meio de dispensas de licitação quando os valores excedessem o limite estabelecido no inc. II artigo 24 da Lei nº 8.666/1993, recomendando utilizar, quando a legislação o permitir, o sistema de registro de preços, conforme determinado no inc. II art. 15 da referida Lei". (JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contratação direta sem licitação. 10ª edição. Belo Horizonte: Fórum, 2016, p. 252 e 257)

7. Na fase interna do processo deste processo de contratação foi elaborado o Termo de Referência (000025276083).

8. Os preços de mercado foram estimados nos termos do Decreto estadual n. 9.900/2021, consoante se infere da planilha acostada no evento n. 000025282178.

9. Em suma, pelo que se extrai dos autos, foram atendidas as medidas legais pertinentes à fase interna do processo aquisitivo.

10. Cuidando-se de contratação direta, não há que se falar em publicação do edital inaugurando a fase externa do certame. De toda forma, há que se justificar a "*razão de escolha do fornecedor ou executante*", nos termos do art. 26, parágrafo único, inciso II, da Lei n. 8.666/93.

11. Para atender a essa exigência legal, a Gerência de Compras e Apoio Administrativo veiculou no *ComprasnetGO* a **Oferta de Compra n. 51682** (000025613942), à qual acudiu a empresa **WF Licitações Ltda.**, consoante proposta comercial e documentos correlatos que passaram a instruir os autos.

12. Neste passo importa lembrar os esclarecimentos outrora prestados pela Superintendência Central de Compras Governamentais e Logística no **Despacho n. 459/2021 - SCCGL** (000022204354). Colhe-se dessa manifestação que a Oferta de Compra não consiste na dispensa eletrônica a que alude o art. 52 do Decreto estadual n. 9.666/2020; que a dispensa eletrônica ainda não é obrigatória, à míngua de regulamento a ser editado versando sobre o seu funcionamento (art. 52, § 2º, do Decreto estadual n. 9.666/2020); e que a Oferta de Compra, enquanto módulo do *ComprasnetGO*, permite a participação dos interessados em uma "mini" sessão e, por conseguinte, consiste em "*relevante instrumento de transparência, isonomia e impessoalidade*".

13. As pertinentes ponderações da Superintendência Central de Compras Governamentais e Logística aplicam-se ao caso em exame, de modo que é lícito concluir que a escolha dos interessados em firmar o presente ajuste com dispensa de licitação se deu de forma objetiva, isonômica e impessoal, em atenção ao art. 26 da Lei n. 8.666/93.

14. Instruem os autos, ademais, justificativa a respeito da despesa, em atenção ao art. 11, § 1º, inciso I, do Decreto estadual n. 9.737/2020 (000025553068), Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira (000025782348), PDF (000025782418), portaria designando os gestores do contrato (000025787937 e 000025943632), documentos de habilitação da futura contratada, além de comprovante de cadastro da despesa junto ao *ComprasnetGO* (000025612720) e Certificado de Informação de Resultado de Procedimento Aquisitivo (000025771532).

15. Outrossim, válida se mostra a substituição do instrumento do contrato por Nota de Empenho (000025782479), nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93.

16. De outro norte, oportuna a lembrança lançada no **Despacho n. 995/2021 - GECAP** (000025849088) à diretriz firmada no **Despacho n. 451/2019 - GAB** (6624298), segundo a qual nas contratações diretas fundadas no valor é desnecessário o ato fundamentado de dispensa e sua ratificação. Outrossim, consoante o art. 34 da Lei estadual n. 17.928/2012 c/c art. 26, *caput*, da Lei n. 8.666/93, tampouco é necessária a publicação desta manifestação no Diário Oficial do Estado.

17. Isso posto, conclui-se pela juridicidade da contratação direta pretendida, **razão pela qual a ratifico**, impondo-se a manutenção da regularidade da contratada, a publicação do extrato do ajuste na imprensa oficial e também em sítio da Internet desta Casa, nos termos do art. 6º, § 1º, inciso V, da Lei estadual n. 18.025/2013, além da oportuna comunicação ao TCE/GO.

18. Restituam os autos à **Superintendência de Gestão Integrada** desta Casa, para ciência e providências cabíveis.

JULIANA PEREIRA DINIZ PRUDENTE
Procuradora-Geral do Estado
GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DO ESTADO



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA PEREIRA DINIZ PRUDENTE, Procurador (a) Geral do Estado**, em 16/12/2021, às 17:09, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **000026079540** e o código CRC **20023427**.

NÚCLEO DE NEGÓCIOS PÚBLICOS
RUA 2 293 Qd.D-02 Lt.20, ESQ. COM A AVENIDA REPÚBLICA DO LÍBANO, ED. REPUBLICA TOWER - Bairro SETOR OESTE -
GOIANIA - GO - CEP 74110-130 - .



Referência: Processo nº 202100003016491



SEI 000026079540